

# Sistema de Cooperativismo na Paraíba

Aniuska Almeida Nepomuceno<sup>1</sup>

CEFET-PB

E-mail: aniuskalmeida@hotmail.com

**Resumo:** O Cooperativismo é dotado de princípios de elevada nobreza e valor humano, os quais são capazes de criar uma dimensão superior de administração das atividades econômicas governamentais, e empresariais, com o firme propósito de consolidar benefícios sociais e autônomos, aos participantes dos atos cooperados e suas relações técnicas e comerciais. No Brasil há um grande aumento de cooperativas em todas as regiões, mostrando assim, que a doutrina do cooperativismo está cada vez mais sendo incorporada pelos trabalhadores. Com o número crescente de cooperativas em todo o mundo, este artigo tem como objetivo conhecer e estudar o movimento cooperativista no mundo capitalista.

**Palavras Chave:** Cooperativismo 1, Cooperação 2, Organização<sup>3</sup>

## 1. Introdução

A idéia da estimulação do crescimento organizacional, a partir do envolvimento consciente dos seus membros, surgiu em tempos remotos, servindo de base para diversas soluções. Na época da Revolução Industrial, na cidade de Rochdale, na Inglaterra, foi instalada uma organização que proporcionava aos envolvidos a participação nas atividades gerenciais, organizacionais e no lucro obtido através da cooperação. Assim nasceu o Cooperativismo. Esse sistema foi transmitido para todo o mundo, com os seus princípios, suas virtudes e sua forma de trabalhar em conjunto.

O sistema cooperativista tem sido disseminado através da organização dos trabalhadores em cooperativas; esse tipo de organização está sendo utilizado na maioria dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento. O sistema cooperativista, no Brasil, teve uma grande aceitação pelos trabalhadores, levando a perspectiva de um crescente avanço, com o surgimento de cooperativas por todas as regiões.

A cooperativa é uma sociedade civil, constituída a partir da Lei 5764/71, assumindo assim caráter empresarial, possuindo patrimônio comum para prestar serviço aos associados, de acordo com o ramo de atuação e de seus objetivos. Desde 1971, o Estado tem sido um incentivador de cooperativas em todo o território nacional. No Nordeste, principalmente na Paraíba, as cooperativas recebem um grande incentivo dos órgãos governamentais para sua criação e manutenção, como forma de apoiar e desenvolver o campo.

A primeira cooperativa do estado da Paraíba foi fundada em 1923, em Bananeiras, no ramo de crédito. Hoje a grande maioria se encontra no ramo da Agropecuária, pois está ligada à estratégia governamental de oferecer condições sócio-econômicas aos trabalhadores rurais.

O sistema cooperativista possui uma característica peculiar, que é o envolvimento dos associados em suas atividades, razão por que se remete a uma maior reflexão sobre o comprometimento, não como uma característica única, mas interligada ao sistema organizacional num mercado competitivo e mutável.

## 2. Sistema de Cooperativismo: historicidade e base conceitual

As primeiras idéias de cooperativismo surgiram na Inglaterra em 1834. A indústria de lã prosperava, os trabalhadores reivindicavam melhoria das condições de trabalho e salário. Um pequeno grupo de tecelões, não tendo conseguido dos patrões o que considerava justo, reuniu-se para encontrar uma maneira de melhorar sua precária situação econômica.

Depois de muita discussão, o grupo de trabalhadores resolveu criar os próprios meios de ação, mediante auxílio mútuo, concretizado por um armazém cooperativo, para cuja abertura foi elaborado um projeto e as bases da sociedade, o qual recebeu o nome de "Rochdale Society of Equitable Pioneers" (Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale). Durante um ano, 28 tecelões economizaram para conseguir o capital que seria aplicado socialmente. E em 21 de dezembro de 1844, em Rochdale, inaugura-se o armazém cooperativo, com capital de 28 libras.

<sup>1</sup> Autor a quem toda correspondência deverá ser endereçada.

O estatuto da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale continha princípios a respeito da estrutura e do funcionamento da cooperativa de consumo. Completados dez anos, passaram a constituir os fundamentos da cooperativa de consumo.

A ética e a organização de trabalho proposta pelos tecelões ingleses somaram-se a outras idéias progressistas e humanistas. Em 1886, durante o II Congresso das Cooperativas de Consumo, realizado em Lyon, na França, houve a aprovação, junto aos participantes (associados, trabalhadores, professores e estudantes) das **“doze virtudes”** da doutrina cooperativista, as quais, por sua atualidade, merecem ser conhecidas (FLORÃO, 1995).

- Viver melhor, através da solução coletiva dos problemas;
- Pagar a dinheiro: este sadio hábito evita o endividamento que gera a dependência;
- Poupar sem sofrimento: a satisfação das necessidades dos cooperantes deve ser prioritária. Isso é importante para a definição do que pode ser feito com as sobras;
- Suprimir os parasitas: afastar os atravessadores na compra e na venda de produtos e serviços;
- Combater o alcoolismo: viver de maneira sã, evitando os vícios e enfrentando a realidade com coragem;
- Integrar as mulheres às questões sociais, ressaltando a importância da participação feminina;
- Educar economicamente o povo: a educação é uma ferramenta para o desenvolvimento do homem;
- Facilitar a todos o acesso à propriedade: é essencial unir esforços para conquistar os meios de produção;
- Reconstituir uma propriedade coletiva para ter acesso à propriedade; o passo inicial é investir em um patrimônio coletivo;
- Estabelecer o justo preço: o trabalho tem de ser remunerado, e os preços definidos sem intenções especuladoras;
- Eliminar o lucro capitalista: o objetivo da produção é a satisfação das necessidades humanas;
- Abolir os conflitos: as disputas diminuem pelo fato de que o associado é dono e usuário da cooperativa.

Percebe-se que, já na constituição da cooperativa de Rochdale, em 1844, seus pioneiros estabeleceram princípios básicos criados na forma de metas a serem buscadas. Esses princípios acabaram sendo definidos

como **“Princípios do Cooperativismo”**, orientando a prática em todo o mundo. Após sucessivos congressos da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), os princípios originais foram reformulados e aperfeiçoados, tendo sido revisados, pela última vez, em 1995. Atualmente, de acordo com a ACI, o sistema cooperativista apregoa os seguintes princípios:

- Adesão voluntária e livre

As cooperativas são organizações abertas à participação de todos, independentemente de sexo, raça, classe social, opção política ou religiosa. Para participar, a pessoa deve conhecer e decidir se tem condições de cumprir os acordos estabelecidos pela maioria.

- Gestão democrática

Os cooperados, reunidos em assembléia, discutem e votam os objetivos e metas do trabalho conjunto, bem como elegem os representantes que irão administrar a sociedade. Cada associado representa um voto, não importando se alguns detenham mais cotas do que outros.

- Participação econômica dos membros

Todos contribuem igualmente para formação do capital da cooperativa, o qual é controlado democraticamente. Se a cooperativa é bem administrada e obtém uma receita maior que as despesas, esses rendimentos serão divididos entre sócios até o limite do valor da contribuição de cada um. O restante poderá ser destinado para investimento na própria cooperativa ou para outras aplicações, sempre de acordo com a decisão tomada na assembléia.

- Autonomia e independência

As cooperativas são organizações autônomas, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem ao capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos membros e mantenham a autonomia das cooperativas.

- Educação, formação e informação

As cooperativas promovem a educação e a formação do seu quadro social e dos trabalhadores de forma que estes possam contribuir para o desenvolvimento técnico, gerencial, cultural e econômico. É objetivo permanente da cooperativa destinar ações e recursos para formar seus associados, capacitando-os para a prática cooperativista e para o uso de equipamentos e técnicas do processo administrativo e gerencial.

- Interesse pela comunidade

As cooperativas trabalham para o bem-estar das

suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos membros, além da execução de programas sócio-culturais, que podem ser realizados em parceria com as iniciativas pública e privada.

Muito se fala em cooperativismo, cooperação, mas geralmente fica a indagação sobre seu real significado: Essas palavras seriam sinônimas uma da outra, ou possuem significados diferentes?

Etimologicamente, cooperação vem do verbo latino *Cooperari*, de *Cum* e *operari*, que significa operar juntamente com alguém; representa a prestação de auxílio para um fim comum. Do ponto de vista sociológico, cooperação é uma forma de integração formal social e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoas se unem, de forma formal ou informalmente, para alcançar o mesmo objetivo (PINHO, 1980). Cooperativismo é um sistema que visa à renovação social através da cooperação.

Pinho (1977) define o cooperativismo como um movimento que tem por objetivo a promoção de um sistema de produção, repartição e consumo, fundamentado na dupla qualidade de associado-usuário-empregado.

Para conceituar cooperativismo, Padilha (1966, p. 132) relata o tema no sentido de uma doutrina:

...econômica, que tem em si a possibilidade de consagrar os princípios fundamentais da liberdade humana, intervém na ordem econômica, em defesa do interesse de agrupamentos organizados, para proporcionar a cada um de seus participantes o melhor resultado de sua atividade econômica pessoal.

Este trabalho parte da compreensão do cooperativismo como uma forma pela qual os trabalhadores podem exercer a cooperação sócio-econômica, visando ao bem-estar comum, já que, no mundo capitalista atual, torna-se mais difícil uma associação democrática, porque o individualismo é cada vez mais crescente, e o sistema cooperativista vem despertando o interesse maior dos trabalhadores como um caminho a ser seguido.

Schneider (1994), citado por O'Lucena (2000), explica que a visão cooperativista constituída como doutrina se fundamenta nos valores da solidariedade e da igualdade. Contudo, a doutrina cooperativista deveria unicamente servir de parâmetro para a orientação do que deve ser realizado para que uma organização possa ser chamada de cooperativa, e nunca, como algo que deve ser seguido impositivamente.

## 2.1 O sistema de cooperativismo no Brasil

As raízes do cooperativismo no Brasil surgiram no final do Século XIX, em um momento de transformações, com a Proclamação da República, com a entrada, no Brasil, das idéias de grandes pensadores mun-

diais e a busca de solução para as sérias questões sociais da época. Esses pensamentos foram trazidos através dos imigrantes europeus que, para não permanecerem isolados economicamente nem socialmente, trouxeram as experiências vividas do cooperativismo para sua região.

Ainda que haja divergências a respeito, o que se tem de mais provável é que as primeiras cooperativas fundadas no Brasil foram as de consumo dos funcionários públicos de Ouro Preto/MG, em 1889, a de consumo dos funcionários da Companhia Telefônica de Limeira/SP, em 1891, e a de consumo dos militares, no Rio de Janeiro /RJ, em 1894. Em seguida, surgiu a cooperativa de crédito de Nova Petrópolis /RS, em 1902, e a de produção agropecuária, no Rio Grande do Sul / RS, em 1906.

No Brasil, pode-se dizer que existem duas faces do cooperativismo: a horizontal e a vertical. Na fase horizontal, as cooperativas são desarticuladas entre si e têm pouca influência do estado; na fase vertical, há uma maior intervenção do Estado, e as cooperativas estão organizadas em graus hierárquicos, ou seja, as cooperativas singulares estão ligadas às Federações, que estão ligadas às Confederações.

O Sistema Brasileiro do Cooperativismo é orientado pela Lei Nº 5.764/71, que permite a vinte ou mais pessoas físicas constituírem uma cooperativa singular em qualquer ramo de atividade humana, sendo considerada como uma cooperativa de primeiro grau.

Três ou mais cooperativas singulares podem formar uma central ou federação e cooperativas, consideradas de segundo grau. Três ou mais centrais ou federações podem constituir uma confederação, considerada de terceiro grau.

Todas as cooperativas singulares, centrais ou federações e confederações têm direito a um voto na eleição dos conselhos da Organização das Cooperativas do Estado (OCE) no qual se localizam. Cada OCE participa, com um voto, das eleições da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Cabe destacar a importância das entidades que compõem a representação do sistema cooperativista, da seguinte forma:

- Aliança Cooperativa Internacional (ACI)

As cooperativas estão organizadas internacionalmente, e a entidade que coordena o movimento é a ACI, sediada em Genebra, Suíça. Essa associação não governamental e independente congrega, representa e presta apoio às cooperativas e suas organizações (OCB e OCE'S) e tem como objetivo a integração, a autonomia e o desenvolvimento do cooperativismo.

- Organização das Cooperativas das Américas (OCA): No âmbito do continente americano,

essa articulação é feita pela OCA, com sede em Bogotá, Colômbia, e integra as representações de vinte países.

- Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB): Sociedade Civil, responsável pela integração e representação de todas as cooperativas existentes no Brasil.
- Organização das Cooperativas do Estado (OCE): Em cada Estado, o DF conta com uma OCE, que é responsável pelo cooperativismo na sua área de ação. As OCEs integram a OCB.
- Departamento de Cooperativismo (DENACOOB): É o órgão federal, ligado à Secretaria de Desenvolvimento Rural, ao Ministério da Agricultura, através do qual o Governo federal apóia o sistema Cooperativista Brasileiro.

Conforme o quadro 1, existem 27 (vinte e sete) representações das organizações das cooperativas do Estado e estão vinculadas à organização das cooperativas do Brasil, fazendo com que estas sejam representadas em nível internacional na OCI.

**Quadro 1: Representação do sistema cooperativista**

Representações cooperativista	Quantidade
OCB	01
OCES	27
CONFEDERAÇÕES	89
CENTRAIS	81
COOPERATIVAS SINGULARES	7.355
COOPERADOS	5.762

FONTE: elaborado a partir da OCB -2003

No Brasil, de acordo com a OCB, existem cerca de 7.000 cooperativas, administradas para aproximadamente quatro milhões de cooperados, formadas em função de diversas necessidades e com atuação em diferentes campos da atividade humana, dentre os quais destacam-se: o agropecuário, o consumo, o crédito, o educacional, o especial, o habitacional, a infra-estrutura, o mineral, a produção, a saúde, o trabalho, o turismo e o lazer.

Como se pode constatar no quadro 2, o ramo que possui mais cooperativas em atuação no Brasil é o de Trabalho, com 2.024 (duas mil e vinte e quatro) cooperativas e 311.856 (trezentos e onze mil, oitocentos e cinquenta e seis) cooperados. O segundo ramo mais evidenciado está na área agropecuária, com 1.519 cooperativas espalhadas pelo território brasileiro, contendo em seu quadro de associados 940.482. No

entanto, mesmo se percebendo a existência de mais cooperativas de Trabalho, em relação à Cooperativa Agropecuária, é visto que há uma diferença de aproximadamente 500.000 cooperados entre os dois ramos, contribuindo, então, para que as cooperativas agrícolas sejam as que mais detenham associados. Em contrapartida, no turismo e no lazer, de acordo com a OCB, há menos cooperados e cooperativas em todo o Brasil.

**Quadro 2: Cooperativas por ramos de atuação no Brasil**

Ramo	Cooperativas	Cooperados
Agropecuário	1.519	940.482
Consumo	158	1.920.311
Crédito	1.115	1.439.644
Educacional	303	98.970
Especial	7	2.084
Habitacional	314	104.908
Infraestrutura	172	575.256
Mineral	34	48.830
Produção	113	9.559
Saúde	878	261.871
Trabalho	2.024	311.856
Turismo e lazer	12	396
Transporte	706	48.552
<b>Total</b>	<b>7.355</b>	<b>5.762.718</b>

FONTE: OCB - Posição em dezembro de 2003

Como se pode constatar no quadro 2, o ramo que possui mais cooperativas em atuação no Brasil é o de Trabalho, com 2.024 (duas mil e vinte e quatro) cooperativas e 311.856 (trezentos e onze mil, oitocentos e cinquenta e seis) cooperados. O segundo ramo mais evidenciado está na área agropecuária, com 1.519 cooperativas espalhadas pelo território brasileiro, contendo em seu quadro de associados 940.482. No entanto, mesmo se percebendo a existência de mais cooperativas de Trabalho, em relação à Cooperativa Agropecuária, é visto que há uma diferença de aproximadamente 500.000 cooperados entre os dois ramos, contribuindo, então, para que as cooperativas agrícolas sejam as que mais detenham associados. Em contrapartida, no turismo e no lazer, de acordo com a OCB, há menos cooperados e cooperativas em todo o Brasil.

## 2.2 Relevância do cooperativismo na região e no Estado

De acordo com dados fornecidos pela OCB (2003), na quantidade de cooperativas e cooperados existentes por região, consta que o Sudeste e o Nordeste possuem mais cooperativas, enquanto a região Sul e a Sudeste são as que mais têm cooperados. O quadro 3 mostra a dicotomia desse cenário.

**Quadro 3: Cooperativas e cooperados por região**

REGIÃO	COOPERATIVAS	COOPERADOS
Centro Oeste	708	191.644
Nordeste	1.634	397.699
Norte	582	127.409
Sudeste	3.161	2.786.543
Sul	1.270	1.275.852
<b>TOTAL</b>	<b>7.026</b>	<b>4.779.147</b>

FONTE: OCB – Posição em dezembro de 2003

De acordo com o quadro 4, verifica-se que os Estados onde existem mais cooperativas são: Rio Grande do Sul (747), Minas Gerais (805), São Paulo (1.000) e Rio de Janeiro (1.201). O Estado do Tocantins, com 31 cooperativas, e Roraima, com 28, estão com o mais baixo índice do Brasil.

**Quadro 4: Cooperativas por Estados**

Estado	Cooperativas	Cooperados
Acre	36	5.422
Alagoas	72	20.205
Amapá	62	2.581
Amazonas	91	14.635
Bahia	396	113.031
Ceará	302	87.099
Distrito federal	231	101.798
Espírito santo	155	68.991
Goiás	193	75.832
Maranhão	177	18.497
Mato grosso	196	11.595
Mato grosso do sul	88	29.338
Minas gerais	805	585.790
Pará	232	96.269
Paraíba	138	29.164
Paraná	208	190.582
Pernambuco	249	105.190
Piauí	92	15.775
Rio de Janeiro	1.201	213.950
Rio grande do norte	145	72.755
Rio grande do sul	747	713.950
Rondônia	102	11.037
Roraima	28	964
Santa Catarina	315	628.322
São Paulo	1.000	2.271.147
Sergipe	63	9.001
Tocantins	31	2.928
<b>Totais</b>	<b>7.355</b>	<b>5.762.718</b>

No que se refere aos cooperados, por região, os dois maiores Estados a possuírem maior número de associados são: São Paulo, com 2.271.147, e o Estado do Rio Grande do Sul, com 713.950, desfazendo-se, assim, a mística de que, havendo mais cooperativas,

haverá mais associados, pois o Rio de Janeiro possui cerca de 454 cooperativas a mais do que o Estado do Rio Grande do Sul, e este possui, em comparação ao Rio de Janeiro, mais de 500.000 cooperados por todo o seu território.

Na Paraíba, a primeira cooperativa foi fundada em 1923, em Bananeiras, no ramo de Crédito; depois de dez anos (1932), foi criada, em Pilar, outra cooperativa, com incentivo do Estado e do Decreto – Lei de 1932, que garantia a sua legitimidade. Com o passar das décadas e a disseminação da ideologia cooperativista, observou-se o crescimento das cooperativas no Estado.

Para a Organização das Cooperativas do Estado da Paraíba (OCEPB), a cooperativa é “uma sociedade de pessoas, de natureza civil, unidas pela cooperação e ajuda mútua, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns e cujos aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades” (OCEPB 1993, p. 15), citada por O’Lucena, (2000, p. 20).

Em conformidade com o quadro 5, pode-se observar o crescente aumento das cooperativas em todos os ramos, entre os anos de 1988 a 2002, que passou de 111 para 153, um aumento de 42 cooperativas. Também é possível se destacar o aumento das cooperativas de Crédito, Saúde, Trabalho, Transporte e Produção.

**Quadro 5: Cooperativas existentes na Paraíba**

Ramos das Cooperativas	Quantidade em 1988	Quantidade em 2002
Agropecuária	59	60
Consumo	02	01
Crédito	09	17
Educacional	05	07
Habitacional	02	02
Infra-estrutura	09	09
Mineral	0	01
Saúde	08	16
Trabalho	12	19
Transporte	0	06
Produção	04	15
<b>TOTAL</b>	<b>111</b>	<b>153</b>

FONTE: Dados fornecidos pela OCE-Pb (2002).

No ano de 2002, das 153 cooperativas catalogadas no Estado da Paraíba, 60 eram agrícolas. Desse total, 18 encontram-se paralisadas (30%) e, em funcionamento, há 42 (70%) das cooperativas. Como se observa, é um índice alto de cooperativas agrícolas paralisadas no Estado, conforme o quadro 6. No entanto, cabe destacar o papel que representa essa atividade para o equilíbrio da receita no Estado e para a geração de emprego (70% de cooperativas em pleno funcionamento).

#### Quadro 6: Situação das cooperativas agropecuárias na Paraíba em 2002

Cooperativa Agropecuária	Quantidade em 2002	Quantidade em %
Em funcionamento	42	70%
Paralisadas	18	30%
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100%</b>

FONTE: Dados fornecidos pela OCE-Pb (2002)

Acredita-se que, mesmo as cooperativas não apresentando um saldo positivo, ainda continuam recebendo ajuda financeira e técnica dos organismos governamentais e não – governamentais.

Na Paraíba, a cooperativa é um modelo de organização incentivada por programas políticos de desenvolvimento do campo, e a ideologia e os princípios cooperativistas é que fazem com que esse modelo seja tão propagado como uma alternativa para o desenvolvimento, embora, no dia-a-dia, na maioria dos casos, esses princípios não sejam colocados em prática.

Percebe-se que existe um forte interesse na manutenção do cooperativismo como solução alternativa de emprego e renda. É nesse sentido que entra a importante colaboração das incubadoras de empresas.

### 3. conclusão

Pelo exposto, pode-se concluir que a ineficiência do modelo cooperativista não é um problema de ordem econômica, mas estrutural, portanto o fato, de receber recursos financeiros para se reerguer não tem sido de muita utilidade para sua manutenção de forma satisfatória.

Porém, existem alguns fatores que afetam o desempenho e a permanência das cooperativas no mercado globalizado e competitivo. Dentro desta realidade, o comprometimento dos associados e a participação dos mesmos nas atividades com a cooperativa é um fator decisivo para que ela possa obter melhores resultados, alcançando os seus objetivos.

O Cooperativismo demonstra que há um estreitamento na dimensão social e econômica da vida em comunidade, e que é possível gerar desenvolvimento econômico sem exclusão, desemprego, concentração de renda e fome.

Na Paraíba, a cooperativa é um modelo de organização incentivada por programas políticos de desenvolvimento, e é a ideologia, juntamente com os princípios cooperativistas que fazem com que este modelo seja tão propagado como uma alternativa para o desenvolvimento, embora que, no dia-a-dia, na maioria dos casos, estes princípios não sejam colocados em prática.

### 4. Referências

BORDAZ, Francisco Luiz de Andrade. **As verdadeiras cooperativas e o seu papel no próximo milênio.** 2002

CRUZ, Maria Lúcia Bressane. **Cooperativismo de trabalho: um sistema que atrai empresas e empregados.** 2002

CRUZIO, Helnon de Oliveira. **Por que as cooperativas agropecuárias e agroindustriais brasileiras estão falindo?** Revista de Administração de Empresas. V.39. N. 03. Abr. / Jun. 1999.

O' LUCENA, Wema D'gma do. **A experiência Cooperativa dos agricultores de Nova Olinda-PB.** 2000.

DOENELA, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios.** Rio de Janeiro:Campus,2001.

FLORÃO. Santo Reni dos santos. **COOPAIL: uma experiência no campo da cooperação.** Ampina Grande.1995.

PADILHA, Drauzio Leme. **Sociedades Cooperativas. Organização, Contabilidade e Legislação.**São Paulo: Atlas, 1966.

PINHO, Diva Benevides. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista.** São Paulo: Atlas, 1980.

PINHO, Diva Benevides. **Economia e Cooperativismo.** São Paulo: Saraiva. 1977.

PLACONÁ, João. **O papel das cooperativas de trabalho na gestão empresarial e na globalização.** 2002.

### Responsabilidade de autoria

As informações contidas neste artigo são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões nele emitidas não representam, necessariamente, pontos de vista da Instituição e/ou do Conselho Editorial.